UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARCOS QUEIROZ MONTEIRO

GESTÃO EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNÍCIPIO DE RIO TINTO-PB: perspectiva tradicional ou democrática

JOÃO PESSOA - PB

2023

MARCOS QUEIROZ MONTEIRO

GESTÃO EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNÍCIPIO DE RIO TINTO-PB: perspectiva tradicional ou democrática

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora no Curso Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado.

Orientadora: Prof.ª Dra. Francisca Alexandre de Lima

JOÃO PESSOA - PB

2023

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M775g Monteiro, Marcos Queiroz.
Gestão em uma escola indígena no município de Rio Tinto-PB: perspectiva tradicional ou democrática / Marcos Queiroz Monteiro. - João Pessoa, 2024.
50 f. : il.

Orientação: Francisca Alexandre de Lima. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - área de aprofundamento em Educação do Campo)- UFPB/CE.

1. Gestão escolar. 2. Escola indígena. 3. Projeto político pedagógico. I. Lima, Francisca Alexandre de. II. Título.

UFPB/CE CDU 37.09(043.2)

Elaborado por SUELEEM VIEIRA BRITO - CRB-15/397

MARCOS QUEIROZ MONTEIRO

GESTÃO EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNÍCIPIO DE RIO TINTO-PB: perspectiva tradicional ou democrática

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de LICENCIADO EM PEDAGOGIA.

Aprovado em: __/__/___

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
FRANCISCA ALEXANDRE DE LIMA
Data: 20/11/2024 10:54:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientadora: Prof.ª Dra. Francisca Alexandre de Lima

Documento assinado digitalmente
gov.br
CRISTIANE BORGES ANGELO
Data: 20/11/2024 11:05:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

1ª Examinadora Prof.ª Dra. Cristiane Borges Ângelo

Documento assinado digitalmente
gov.br
OTAVIO AUGUSTO CHAVES BRANDAO DOS SAN
Data: 20/11/2024 11:30:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

2ª Examinador Prof.º Me. Otávio Augusto Chaves Rubino dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha família, a minha mãe Maria Dolores Monteiro (in memoriam) e o meu pai Temisto Queiroz Monteiro, hoje com 98 anos, exemplos e incentivadores pela educação da vida e acadêmica de seus 11 (onze) filhos.

Gratidão a todos os colegas de curso, do Centro de Educação e da UFPB, que me ajudaram de alguma forma a terminar esta jornada – TCC: trabalho conclusão de curso, e o curso de Pedagogia - Educação do Campo.

Gratidão à Fazenda da Esperança, onde eu renasci para a vida novamente e onde surgiu as primeiras ideias sobre alfabetização, daí a escolha do curso de Pedagogia.

Ao meu amigo Luciano que me incentivou a retornar a estudar já com meus 48 anos de idade.

A minha esposa e hoje pedagoga Adna Vasconcelos, pela caminhada que fizemos juntos nas idas e vindas noturnas - de vivência acadêmica.

A minha amiga e hoje pedagoga Neuma Maria, que com sua coragem e determinação, me orientou a prosseguir no objetivo de concluir o curso e me ajudou bastante na caminhada do desenvolvimento do TCC.

Ao meu amigo Paulo Borges - Paulão, pela vivência acadêmica e pelas conversas boas.

À professora Joelma, minha supervisora de estágios supervisionados, que com sua experiência, disponibilidade espiritualidade e generosidade contribuiu para minha formação profissional.

Aos professores do curso de Pedagogia – Educação do Campo, em especial à professora Cristiane Borges Ângelo e o professor Otávio Augusto Chaves, pela disponibilidade e generosidade.

A minha orientadora Professora Francisca, pela seu apoio total, paciência e disponibilidade, gratidão mesmo, pois com sua ajuda consegui concluir o curso.

“Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes”

“Não se pode falar de educação sem amor”

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo consiste em apresentar algumas reflexões acerca da gestão vivenciada na Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, na Aldeia Monte-Mor, na cidade de Rio Tinto, Estado da Paraíba. Essas reflexões iniciais nos levaram à problemática de pesquisa**: Como acontece a Gestão na escola indígena de Ensino fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, localizada na Aldeia Monte Mor, no munícipio de Rio Tinto- PB?** Nesse sentido, foram objetivos: **Geral:** Investigar a gestão vivenciada numa escola indígena localizada no munícipio de Rio Tinto-PB. **Específicos**: caracterizar a escola indígena objeto do estudo; analisar a gestão da escola indígena considerando o discurso de seus representantes: professores, alunos e funcionários e o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola. Em termos de fundamentos teóricos acerca da gestão escolar trabalhamos com José Carlos Libâneo (2001), Vitor Páro (2013), Heloisa Luck (2002), Ilma Passos Veiga (1995) e acerca dos/as teóricos referentes as reflexões sobre os povos indígenas, trabalhamos com Maria Aparecida Bergamasch, Sidnei Felipe da Silva, José Mateus Nascimento e Carlos Rodrigues Brandão, além das legislações pertinentes aos povos indígenas. No que tange aos fundamentos metodológicos, a pesquisa é de análise documental e a entrevista semiestruturada com professor, funcionários e aluno, seguida de análise do discurso. Assim, por meio deste trabalho, é possível compreender que a gestão escolar, bem como o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico se baseiam em perspectivas de uma gestão ainda tradicional, mas avançando para a construção de uma gestão democrática, pois embora haja uma consciência dos sujeitos escolares de que é importante sua participação nos processos decisórios e de elaboração e reestruturação do PPP, isso ocorre de forma muito tímida. Ainda assim, percebe-se um grande interesse no discurso dos entrevistados para se garantir uma educação escolar indígena intercultural, específica e diferenciada para aquela comunidade indígena Potiguara da Paraíba, a qual é hoje assegurada por lei, orientada para atender as situações concretas da realidade indígena, tendo como finalidade a autonomia, a sustentabilidade, a política, a economia, a gestão territorial e cultural dos Potiguaras da Paraíba.

Palavras-chave: gestão escolar; escola indígena; Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

This study consists of presenting some reflections on the management experienced at the Dr. José Lopes Ribeiro Indigenous Elementary and Secondary School, in Aldeia Monte-Mor, in the city of Rio Tinto, State of Paraíba. These initial reflections led us to the research problem: How does Management happen at the indigenous primary and secondary school Dr. José Lopes Ribeiro, located in Aldeia Monte Mor, in the municipality of Rio Tinto- PB? In this sense, the objectives were: General: Investigate the management experienced in an indigenous school located in the municipality of Rio Tinto-PB. Specific: characterize the indigenous school object of the study; analyze the management of the indigenous school considering the speech of its representatives: teachers, students and staff and the school's Pedagogical Political Project - PPP. In terms of theoretical foundations about school management, we worked with José Carlos Libâneo (2001), Vitor Páro (2013), Heloisa Luck (2002), Ilma Passos Veiga (1995) and about the theorists referring to reflections on indigenous peoples, we worked with Maria Aparecida Bergamasch, Sidnei Felipe da Silva, José Mateus Nascimento and Carlos Rodrigues Brandão, in addition to legislation pertinent to indigenous peoples. Regarding the methodological foundations, the research involves documentary analysis and semi-structured interviews with professors, staff and students, followed by discourse analysis. Thus, through this work, it is possible to understand that school management, as well as the process of preparing the Pedagogical Political Project, are based on perspectives of still traditional management, but moving towards the construction of democratic management, because although there is an awareness of school subjects that their participation in the decision- making processes and in the elaboration and restructuring of the PPP is important, this occurs in a very timid way. Even so, there is a great interest in the interviewees' speech to guarantee an intercultural, specific and differentiated indigenous school education for the Potiguara indigenous community in Paraíba, which is today guaranteed by law, oriented to meet the concrete situations of the indigenous reality. , with the aim of autonomy, sustainability, politics, economy, territorial and cultural management of the Potiguaras of Paraíba.

Keywords: school management; indigenous school; Pedagogical Political Project.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....10

2 POVOS INDÍGENAS: REFLEXÕES HISTÓRICAS.....12

2.1 EDUCAÇÃO INDÍGENA: LEGISLAÇÃO E OUTROS ELEMENTOS CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS INDÍGENAS.....13

2.2 OS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO NA PARAÍBA: PONTUAÇÕES IMPORTANTES.....17

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR: A PERSPECTIVA TRADICIONAL E DEMOCRÁTICA.....19

2.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA….....22

3 METODOLOGIA.....23

3.1 LOCAL DA PESQUISA.....24

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....24

3.3 ANÁLISE DOS DADOS.....26

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....26

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....40

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....42

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS…….47

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa refere-se a um trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado no Curso Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo, do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa tem como objeto de estudo a Gestão na escola indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, situada na Aldeia Monte- Mor, na cidade de Rio Tinto, Estado da Paraíba. O interesse por esse campo de estudo surgiu quando eu ainda cursava a disciplina Gestão de Processos Educativos nas Escolas do Campo, no 3º período do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo.

No Art. 231 da Constituição Federal, é assegurado aos povos indígenas, o direito de ter a sua própria organização social, costumes, crenças e tradições. A partir desse entendimento fica evidente o direito de se ter na escola esses costumes e cultura preservados. Assim, o Projeto Político Pedagógico-PPP de uma escola indígena deve trazer em seu texto tais particularidades.

Para que a escola indígena esteja respeitando as tradições da comunidade é necessário que as pessoas envolvidas no processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, entre eles os professores, conheçam a realidade local, sendo assim uma forma de melhor vivenciar e compreender a cultura e a educação indígena inclusive a educação dos costumes e tradições.

De acordo com Vitor Páro (2013) a gestão administrativa na escola deve superar os equívocos que aparecem quando não refletem os objetivos vinculados a uma gestão para com os educandos e toda a escola.

Nesse sentido, para o autor, fica evidente que a escola deve primar pela perspectiva democrática na gestão, aquela em que os sujeitos são participantes dos processos de tomada de decisão. A gestão democrática, quando pensada em contexto escolar indígena, volta-se para seu interior, para seu povo, para sua comunidade, ressaltando que tipo de gestão se quer para aquela escola.

Essas reflexões iniciais nos levaram à problemática de pesquisa**: Comoacontece a Gestão na Escola Estadual Indígena de Ensino fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, localizada na Aldeia Monte Mor, no munícipio de Rio Tinto- PB?** Para construção de dados, traçamos como objetivos da pesquisa: **geral** – investigar a gestão vivenciada na escola indígena no munícipio de Rio Tinto. **Específicos**: caracterizar a escola indígena objeto do estudo; analisar a gestão da escola indígena considerando o discurso de seus representantes: professores, alunos e funcionários e o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola.

A motivação pessoal para escolha desse tema, para além do interesse despertado durante a formação no componente curricular “Gestão de Processos Educativos nas Escolas do Campo”, soma-se a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre a gestão das escolas indígenas, uma vez que há poucos estudos sobre essa temática.

Entende-se que a pesquisa é relevante pois agrega à produção do conhecimento, elementos significativos sobre a gestão escolar das escolas indígenas, considerando- se suas particularidades culturais, sociais e políticas na comunidade objeto do estudo.

Assim, a pesquisa apresenta uma relevância social, quando contribui para a transformação das pessoas daquela comunidade, trazendo elementos significativos que apontam reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico- PPP e o tipo de gestão vivenciada na escola.

Em termos de síntese, o trabalho está organizado em cinco seções, iniciando com a introdução, seguida da Fundamentação Teórica da pesquisa, em que se terá um breve histórico dos povos indígenas no Brasil, apresenta-se a Legislação da Educação Indígena, discute um pouco da Educação Indígena na Paraíba, com foco na Educação Indígena do munícipio de Rio Tinto; aprofunda-se discussões sobre conceitos de gestão escolar, posicionando-se a favor da perspectiva democrática e, em seguida discute-se elementos essenciais na elaboração e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico. O capítulo 3 e 4 trazem aspectos metodológicos sobre a construção e análise da pesquisa e o capitulo 5 trata das considerações finais.

2 POVOS INDÍGENAS: REFLEXÕES HISTÓRICAS

Com a chegada dos colonizadores, os padres jesuítas ficaram responsáveis pela educação dos povos indígenas no intuito de catequizá-los e assim tornar mais fácil a colonização e dominação dos povos indígenas, conforme afirma Alexandre Shigunov Neto e Lizete Shizue Bomura Maciel (2008):

> O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em "homem civilizado", segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma "nova sociedade". Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à "nova relação social" e ao "novo modo de produção". Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo. (NETO, MACIEL, 2008, p. 174)

Dessa forma, os colonizadores europeus tinham a intenção de anular a cultura e modo de vida indígena, para impor a cultura dos colonizadores e assim formar uma nova sociedade na colônia brasileira, que de acordo com os autores, fosse considerada pelos europeus, uma sociedade civilizada e pronta para obedecer aos colonizadores para ser mão-de-obra produtiva, gerando mais riqueza para os colonizadores. O trabalho de catequização realizada pelos jesuítas tinha a intenção de além da conversão ao cristianismo, tornar os indígenas mais amigáveis para poderem ser colonizados.

Os estudos de Maria Aparecida Bergamasch e Rosa Helena Dias da Silva (2007) demostram que uma das primeiras ações dos europeus nesse sentido foi organizar e impor aos povos originários, um aparato educativo próprio aos padrões ocidentais, sendo assim, a escola foi uma grande estratégia por eles utilizada.

Esse processo, segundo as autoras, deu lugar a uma "compreensão de educação que se reduz à catequese e à educação escolar" (BERGAMASCH, SILVA, 2007 p. 127). Assim, escola dos povos indígenas foi implementada com iniciativasreligiosas, mantendo essa característica, quase que única, até a República no Brasil, "quando o governo republicano formulou um programa voltado ao cuidado dos povos indígenas e, no interior das ações que compuseram esse programa,

figurou a escola” (BERGAMASCH: SILVA, 2007, p. 127).

Sabe-se, porém que a Constituição de 1988 possibilitou novas relações entre o Estado, a sociedade civil e os povos indígenas, quando traz no texto da lei, a perspectiva integracionista, e o reconhecimento da pluralidade cultural. Em outros termos, o direito à diferença é assegurado, garantido e as especificidades étnico-culturais valorizadas, cabendo à União protegê-las.

No entanto, a marca da escolarização confessional, implementada inicialmente entre os povos indígenas, ainda que consideremos os avanços, ainda perdura e é visível até os dias atuais, através de algumas escolas ligadas a missões religiosas que remanesceram, de um imaginário cristão ainda perceptível, bem como de concepções que persistem em muitas aldeias indígenas no Brasil.

2.1 Educação Indígena: legislação e outros elementos considerados na elaboração da proposta pedagógica nas escolas indígenas

Na Constituição Federal de 1988 reconhece-se a educação indígena como um direito dos povos indígenas, uma educação escolar própria – específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, que respeite os processos próprios de ensino e aprendizagem, bem como o direito ao reconhecimento e proteção de seus bens culturais. Em outras palavras, uma educação organizada com um sistema específico, com todas as suas regras, modelos e definições (BRASIL, 1998).

No texto da Lei fica explícito que o Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, mas, aos povos originários é assegurado o direito de uma educação nas suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem, como está previsto no Art. 210 § 2º.

Assim como a CF/1988 deixa assegurado a utilização das línguas maternas nas escolas para os povos indígenas, a LDBEN 9394/96 no artigo 78 determina que o Sistema de Ensino da União juntamente com agências Federais de Assistências aos indígenas deverá ser desenvolvido programas de ensino e pesquisas para a oferta escolar bilíngue aos povos indígena, dessa forma ainda

com o objetivo de:

> I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
> II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas (BRASIL, 1996).

Percebe-se que a LDB de 1996 abre espaço para a concretização de políticas públicas para educação indígena, nas instâncias Municipal, Estadual e Federal, garantindo informações e conhecimentos científicos às comunidades indígenas até, então, pouco explorados.

Nesse sentido, em 1998, foi publicado o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas, que apresenta reflexões de cunho educacional com ideais básicas e sugestões de trabalho para as áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os Referenciais têm como objetivo oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades, resguardando-se os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, além da elaboração e produção de materiais didáticos e para formação de professores indígenas (BRASIL, 1998).

Em 2012, o Governo publica a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Além do avanço das Diretrizes de 2012, de 2014 a 2022, presencia-se uma intensa aprovação de Resoluções e Pareceres que buscam a melhoria da educação indígena no país: Parecer CNE/CP nº 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas; Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências; Parecer CNE/CEB nº 9/2015, aprovado em 7 de outubro de 2015 – Orientações para a promoção do acesso de povos indígenas de recente contato a processos educacionais; Parecer CNE/CEB nº

14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015 – Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008; Parecer CNE/CEB nº 7/2022, aprovado em 9 de novembro de 2022 – Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.

Por outro lado, ainda que tenhamos todos esses marcos jurídicos, tornar própria e garantir tais direitos tornou-se um grande desafio que “deve ser enfrentado de forma democrática pelo Estado brasileiro em constante diálogo com o movimento indígena e as organizações indigenistas”, destaca a Comissão do Conselho Nacional de Educação, no parecer aprovado em março de 2014 (BRASIL, 2014).

Na garantia de formação de professores para a educação indígena, compete ao Ministério da Educação: 1. Formação inicial e continuada de professores indígenas em nível médio (Magistério Indígena); 2. Formação de Professores Indígenas em Nível Superior (licenciaturas interculturais); 3. Produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português. Livros, cartazes, vídeos, CDs, DVDs e outros materiais produzidos pelos professores indígenas são editados com o apoio financeiro do MEC e distribuídos às escolas indígenas; 4. Apoio político- pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação escolar em terras indígenas; 5. Promoção do Controle Social Indígena, isto é, o MEC desenvolve, em articulação com a Funai, cursos de formação de professores e lideranças indígenas cujo objetivo é fazer com que eles conheçam seus direitos e exerçam o controle social sobre os mecanismos de financiamento da educação pública, uma forma transparente de desenvolver ações e programas em apoio à educação escolar indígena e 6. Apoio financeiro à construção, reforma ou ampliação de escolas indígenas.

Muitos povos indígenas ainda preservam uma educação passada de forma empírica nas aldeias, isto é, são as experiências dos mais velhos, contadas para as crianças e ensinadas de geração em geração, inclusive através da prática, como exemplo da caça, da pesca e em cerimônias religiosas, e tudo o que envolve o cotidiano, as crianças aprendem, na natureza que é uma fonte de conhecimento e aprendizagem (BRANDÃO, 2007).

Nascimento (2017, p.75) corrobora com o pensamento de Brandão quando afirma que “as situações de aprendizagem se confundem com o cotidiano das aldeias e o currículo escolar apresenta-se dinâmico, dando destaque para os saberes da tradição”.

Nesse sentido Nahmias (2009) também concorda com essa percepção de aprendizagem em situações do cotidiano:

> [...] a educação adquire significado na vida das pessoas quando o aprendizado se fundamenta no cotidiano, quer dizer, sustenta-se na necessidade de mudar uma cultura, a valorização do externo, do especializado, do profissional, por uma cultura que reconhece nas situações concretas uma oportunidade educativa que potencializa o sentido de identidade e pertencimento com o entorno e com o contexto (NAHMÍAS, 2009, p. 125).

O pensamento de Nahmias (2009) leva Silva (2020) dizer que é importante destacar que existe diferença entre educação indígena e a educação escolar indígena. A educação indígena normalmente já existe como uma forma de processo de conhecimento dos povos indígenas, não precisando ser ensinado na escola. Já a educação escolar indígena refere-se à produção formal de conhecimento não indígena e indígena por meio da escola.

> A escola indígena é apropriada para reforçar os projetos socioculturais dos povos indígenas e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis contribuindo com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com sociedade global (OLIVEIRA, 2009, p. 46).

É importante destacar que tanto a educação indígena como a educação escolar indígena são importantes na elaboração de propostas para as comunidades indígenas dada a necessidade que se tem de garantir “aos indígenas, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências”. (BRASIL/MEC, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), embora não seja o documento que vai tratar da Educação Indígena do país, traz a “equidade” como um

de seus princípios, que pressupõe reconhecer que “as necessidades dos estudantes são diferentes”, assim, nesse documento, orienta-se a elaboração dos currículos para se adequar às diferentes modalidades de ensino, no caso da Educação Escolar Indígena, devem ser asseguradas competências específicas a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais.

Portanto, na elaboração da proposta pedagógica para a Educação Escolar Indígena, a BNCC orienta utilizar princípios pedagógicos próprios, com referências específicas, como: currículos interculturais, diferenciados e bilíngues; Sistemas próprios de ensino e aprendizagem; incluir conhecimentos indígenas e conteúdos universais e Ensino da língua indígena como primeira língua.

2.2 Os indígenas e a educação na paraíba: pontuações importantes

De acordo com dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI (2020), nos municípios de Rio Tinto (PB), Marcação (PB), Baia da Traição (PB) e Conde (PB), vivem aproximadamente 19,5 mil indígenas.

O povo Potiguara está localizado no Litoral Norte da Paraíba, com uma população de, aproximadamente, 15.021 indígenas, distribuídos em 32 aldeias localizadas nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.

Os Tabajaras encontram-se no Litoral Sul com uma população superior a 750 indígenas, distribuídos em 4 aldeias localizadas nas terras das antigas Sesmarias de Jacoca e Aratagui nos municípios de Conde, Alhandra e Pitimbu.

Em geral, as aldeias são autônomas, têm organização própria, social e política, e estão sob a autoridade máxima do cacique, que representa seu povo nas tomadas de decisão política em níveis locais e junto à sociedade em geral, todavia, há nas aldeias outras lideranças como parteiras, professores, agentes de saúde.

Conforme ressalta Ricardo (2000) os potiguaras fazem parte da família Tupi-Guarani, mas, hoje, falam a língua portuguesa, como quase todos os grupos indígenas do Nordeste brasileiro, exceto o povo fulni-ô, localizados no Estado de Pernambuco. No que tange à economia desses povos, as fontes básicas de renda são a lavoura, a pesca, extrativismo marinho, vegetal e criação de animais de

pequeno, médio e grande porte, em pequena escala de produção.

Os estudos do referido autor, na Paraíba, demonstram que a maior parte das terras dos povos Potiguara e Tabajara está nas mãos de usineiros, granjeiros, hoteleiros e áreas de assentamentos agrários. Embora, evidencia-se uma reorganização destes povos em suas aldeias.

Na Paraíba a Educação Escolar Indígena

> Configura-se como bilíngue e intercultural e tem por escopo valorizar plenamente a cultura indígena, especialmente do Estado da Paraíba, reafirmando suas identidades étnicas, sua língua e seus conhecimentos, bem como assegurar às comunidades indígenas o acesso aos conhecimentos da sociedade nacional abrangente e das sociedades não-índias (PARAÍBA 2003, p. 1).

É nessa fusão de pensamentos sobre a educação indígena que o Plano Estadual de Educação da Paraíba - PEE (2015-2025) determina a meta de ampliar a oferta, garantir a permanência e melhorar a qualidade da educação escolar indígena. Tendo como algumas estratégias: Garantir, na esfera de competência do Estado e dos municípios, a formação continuada específica para profissionais da educação básica que atuam nas escolas indígenas; Garantir a produção e a publicação de materiais didáticos específicos, considerando os aspectos socioculturais indígenas significativos, elaborados com a participação dos professores indígenas, das famílias e dos anciãos, especialistas nos conhecimentos tradicionais de cada comunidade, assegurando a distribuição nas escolas indígenas de forma gratuita; Garantir a formação continuada dos professores indígenas, compreendida como componente essencial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade da escola indígena e à formação dos seus professores; Assegurar e garantir a criação da categoria professor indígena, como carreira especifica do magistério público de cada sistema de ensino, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. (PARAÍBA, 2015).

É nessa perspectiva de garantia de uma formação específica que algumas escolas indígenas da Paraíba, como apontam os estudos de Santos (2021, p.51) sobre os Potiguaras, apresentam “corpo docente composto por indígenas, dos quais

uma parte deles possui formação profissional em Licenciatura Intercultural, e os demais são graduados em áreas específicas do conhecimento".

Tais garantias de acordo com Célia Letícia Gouvêa Collet (2006) têm em suas raízes um movimento indígena forte, que considerou os anseios das comunidades e obedeciam às especificidades e às necessidades dos indígenas.

2.3 Concepção de gestão escolar: a perspectiva tradicional e democrática

Para compreensão do nosso objeto de estudo, é importante distinguir concepções de gestão escolar. José Carlos Libâneo (2001) chama atenção para dois enfoques presentes no campo do conhecimento científico, a saber: enfoque científico- racional e um enfoque crítico, de cunho sociopolítico.

No que tange à distinção dos dois termos, no primeiro enfoque, a escola identifica-se como uma organização escolar de realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente, ou tradicionalmente. Assim, "pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência" (LIBÂNEO, 2001).

Isso significa dizer que as escolas que operam dentro dessa perspectiva, denominadas tradicionais, dão muito valor à estrutura organizacional que, em geral, apresentam o organograma de cargos e funções sempre prontos, hierarquia de funções, normas e regulamentos "na ponta da língua", centralização das tarefas e pouca participação nos processos decisórios das pessoas que trabalham na escola.

Por outro lado, no segundo enfoque, denominado crítico, a organização da escola funciona dentro de uma perspectiva de construção de valores sociais, com a participação de funcionários, professores, alunos, pais e ou mesmo integrantes da comunidade nos processos de tomada de decisão.

Para Libâneo (2001), há nesse segundo enfoque, duas perspectivas de gestão denominadas de autogestionária e a democrático-participativa. Na primeira, prima-se pela responsabilidade coletiva das ações, não há uma direção centralizada,

e a acentuação nos processos de tomada de decisão é direta e por igual de todos os membros, sejam professores, técnicos, alunos e outros membros da comunidade acadêmica.

A perspectiva democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação de funcionários, professores, alunos etc. nos processos de tomada de decisão. Dentro dessa perspectiva, as decisões são coletivas e discutidas publicamente.

Atualmente, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos. Em outras palavras, dizer que a organização é uma cultura significa que ela é construída pelos seus próprios membros.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**,** o modelo de organização e gestão das escolas indígenas deve levar em consideração “as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários” (BRASIL, 2012, p. 2).

Nesse sentido, como qualquer outra escola, as indígenas devem ser planejadas, construídas pelos seus próprios sujeitos: professores, alunos, pais, etc. Na Gestão Escolar, democraticamente administrada, como afirma Heloísa Luck (2002) toda a comunidade escolar é envolvida na definição de objetivos, solução de problemas, tomada de decisões.

Nessa mesma perspectiva Vítor Páro entende que existe:

> peculiaridade democrática e pública na função da direção, o dirigente escolar precisa ser democrático no sentido pleno desse conceito, ou seja, sua legitimidade advém precipuamente da vontade livre e do consentimento daqueles que se submetem à sua direção. (PÁRO, 2010, p. 776).

Em termos de síntese, pode-se afirmar que os autores Libâneo, Luck e Páro comungam com a ideia de que a gestão na perspectiva democrática acontece com a participação efetiva nas decisões e ações da escola. De modo que a participação e autonomia são, segundo esses teóricos, fatores essenciais para que a escola construa um espaço de gestão escolar democrática.

Nesse entendimento de gestão, os autores consideram que é necessária a presença da comunidade escolar nas tomadas de decisões, pois consideram que esse exercício se torna prática educativa, isto é, os sujeitos aprendem a agir de forma democrática em outros espaços. Daí a importância dos Conselhos escolares, uma vez que a participação da comunidade nessa instância colegiada provoca empoderamento da comunidade escolar.

A escola na perspectiva democrática deve possuir instâncias colegiadas como o grêmio estudantil, associação de pais e mestres, sobretudo, os Conselhos Escolares. No que tange aos Conselhos escolares.

> São órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da escola. O Conselho Escolar compreende-se na efetivação da construção do Projeto Político Pedagógico da Escola e na sua efetivação, garantindo uma autonomia da escola através da gestão democrática e de uma perspectiva emancipadora. (GÓIS, 2015, p.30-31)

Ainda segundo Débora dos Santos Góis (2015, p.31) o Conselho Escolar tem a natureza político-educativa, exercendo as funções: **deliberativas**: quando decidem sobre o projeto político pedagógico da escola; elaboração de normas internas sobre o pedagógico, administrativo e financeiro; encaminham problemas e decidem sobre o funcionamento e a organização geral da escola. **Consultivas**: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as diversas demandas da escola, sugerindo soluções a serem verificadas pela comunidade escolar; **Fiscais**: através do acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e a qualidade social do cotidiano escolar e **Mobilizadoras**: quando promovem a integração entre todos os segmentos da escola com a comunidade local nas atividades cotidianas da escola, efetivando a gestão democrática e a melhoria da qualidade social da educação.

Devem fazer parte do Conselho Escolar: a direção da escola, a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis dos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local. (GÓIS,2015, p.31).

De acordo com a autora, a composição do Conselho escolar deve ter a representação todos os segmentos existentes na comunidade (professores, pais, funcionários, equipe pedagógica, alunos, sendo o processo de escolha dos membros por meio de votação direta, secreta e facultativa; ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento. Os representantes dos alunos deve ser daqueles matriculados a partir da 4ª série ou com mais de 10 anos terão sempre direito a voz e voto.

A presidência do Conselho da Escola: qualquer membro efetivo do Conselho poderá ser eleito seu presidente, desde que esteja em pleno gozo de sua capacidade civil. Quanto aos critérios de participação, os autores alertam que “poderão participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto, todos os membros eleitos por seus pares.

2.4 O Projeto Político Pedagógico na perspectiva da gestão democrática

De acordo com Ilma Passos Alencastro Veiga (1995, p. 9) o Projeto Político Pedagógico “é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”. É uma forma da escola organizar os conteúdos, trazer princípios filosóficos, sociais, apontar metodologias a serem trabalhadas pelos professores, considerando-se o perfil dos alunos, da comunidade em que a escola se insere.

O Projeto Político Pedagógico para as escolas indígenas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) Art. 14 determina:

> O projeto político-pedagógico, expressão da autonomia e da identidade escolar, é uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada, devendo apresentar os princípios e objetivos da Educação Escolar Indígena de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como as aspirações das comunidades indígenas em relação à educação escolar. § 1º Na Educação

> Escolar Indígena, os projetos político-pedagógicos devem estar intrinsecamente relacionados com os modos de bem viver dos grupos étnicos em seus territórios, devendo estar alicerçados nos princípios da interculturalidade, bilinguismo e multilinguismo, especificidade, organização comunitária e territorialidade. (BRASIL, 2012, p. 7)

Dessa forma, o PPP, na perspectiva democrática, é um documento de autonomia da identidade da escola, possibilita que a comunidade indígena expresse qual escola que construir, de que forma a escola deve atender aos interesses daquela comunidade, como ela deve ser estruturada e integrada à vida e aos projetos comunitários, cabendo a quem elabora refletir sobre o modo de vida, a concepção cultural e política de cada povo indígena.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa e quanto ao objetivo é denominada exploratória. Para Maria Cecília de Souza Minayo (2001, p.4) “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Foi pensando nesse “sopro criativo do investigador” que escolhemos trabalhar com a entrevista semiestruturada, por conter perguntas abertas e com a análise documental, quando na análise do Projeto Pedagógico, procurou-se identificar que tipo de gestão é proposta.

Nas palavras de Minayo, “a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais” (2001, p.21). No que tange à análise documental a autora a caracteriza como a atividade em que o pesquisador examina diversos materiais, buscando-se outras interpretações ou informações complementares.

Assim, para construção de dados acerca do tipo de gestão vivenciada na escola, utilizou-se a entrevista, na “pesquisa de campo”, aquela em que se busca “informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p.186).

Partiu- se de um roteiro de entrevista, elaborado de forma que os participantes pudessem responder livremente sobre o tema, sem interferência do pesquisador, conforme as orientações de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2003). A entrevista foi gravada mediante consentimento dos participantes.

3.1 Local da Pesquisa

A pesquisa aconteceu na Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro, situada na Aldeia Monte-Mor no município de Rio Tinto – PB.

A escola possui as modalidades de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos Iniciais e Anos Finais e Médio (regular) e EJA ciclo I ao VI. De acordo com o PPP (2023) da escola, 80% dos alunos são indígenas e 20% não indígenas.

De acordo com as informações obtidas no PPP, a Escola Dr. José Lopes Ribeiro, foi fundada em 1927, e tinha como objetivo ensinar os funcionários da antiga Fábrica de Tecidos de Rio Tinto. José Lopes Ribeiro era um |professor muito “carrasco e rígido”, contam as pessoas da época, ele ensinava português e matemática. Por ele ser o primeiro professor e muito respeitado pelos Lundgrens, donos da companhia de tecidos Rio Tinto.

No mesmo documento, atesta-se que a escola passou a ser uma escola indígena a partir de 2009 para atender o povo Potiguara que tanto clamava pela revitalização da diversidade étnica cultural de seu povo.

Passou a funcionar em seu novo prédio, na rua São João, em Rio Tinto, um sonho antigo da população, concluído em 2023, pois anteriormente funcionava no CRAS da Vila Regina de forma provisória.

Em termos de estrutura física, a escola conta com 08 (oito) salas de aula, biblioteca, laboratório, auditório, banheiros, secretaria, sala de direção e sala de professores, cozinha e refeitório. As salas são amplas, com ventilação precária e algumas das salas ainda não estão em funcionamento (laboratório).

No momento para realização das entrevistas não tinha uma gestora no quadro administrativo, quem representava a escola era sua secretária.

3.2 Participantes da Pesquisa

Para participar da entrevista foram convidados, aleatoriamente, 10 pessoas ligadas à escola, entre eles, 04 professores, 04 funcionários, entre eles a secretária, que exerce a função de diretora da escola, e 02 alunos, entretanto, apenas aceitaram participar da entrevista 01 professor, 02 funcionários (incluindo a secretária, que exerce a função de diretora) e 01 aluno, totalizando 04 pessoas as quais participam, diretamente, do processo de tomada de decisão, cujas identidades não serão divulgadas a título de manter o anonimato.

O quadro resume características de tais sujeitos:

	Professor	**Secretária**	**Inspetor**	**Aluno**
Idade	22	29	30	17
Reside Próximo/ morador da aldeia	Sim	Sim	Sim	Sim
Formação	Graduando em Letras	Ecóloga Graduanda em Pedagogia - 2º período	Curso superior Informática	—
Tempo que leciona / trabalha	Desde 2022	Desde 2022	Desde 2009	—
Tipo de vínculo	Contrato – prestador de serviço	Prestadora de serviço (cargo comissionado)	Efetivo	—
Ano que leciona (p/ professor)	6º Ano – fundamental EJA ciclo 3 e 4	—	—	—
Ano que estuda (p/aluno)	—	—	—	3º Ano – Ensino Médio

Por entendermos que professores, secretária (representando a gestora da escola), inspetor (nomenclatura utilizada na escola) e aluno participam dos processos de tomada de decisão, numa perspectiva democrática, escolhemos tais sujeitos, além do mais eles representam diferentes funções na escola, o que poderia nos dar respaldo na construção de dados. Isso porque cada um tem um ponto de vista específico sobre o tema gestão. O roteiro de entrevista, praticamente, foi o mesmo para todos os participantes, mas o rumo que a conversa tomava, outras questões foram acrescentadas.

3.3 Análise dos dados

De acordo com Gil (2008, p.156) “A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. ”

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

As entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa foram realizadas na sequência: professor, secretária, inspetor, aluno. Por isso para a apresentação das respostas e discussão dos dados seguem a ordem. Seus discursos foram transcritos na íntegra com o intuito de ser fiel aos seus argumentos.

A primeira pergunta (**O que você entende por gestão escolar?)** Teve o intuito de analisar o conhecimento dos sujeitos entrevistados sobre o conceito de Gestão Escolar. A partir disso se obtém respostas variadas de acordo com a função que cada um exerce na escola.

As respostas dos participantes sobre o conceito de Gestão Escolar:

> **Professor:** A gestão escolar ela vem administrar a escola. Na escola indígena conta muito com a presença do professor indígena, então ele também toma um certo protagonismo (...) resolver problemas na escola e exercer mesmo essa função administrativa.

> **Secretária:** O funcionamento da escola, né? Parte burocrática, parte pedagógica. Então a Gestão Escolar é o cérebro da escola, ela quem administra tudo no funcionamento da escola.
>
> **Inspetor:** Rapaz...o que eu entendo de gestão escolar é que pra uma gestão escolar sair perfeitamente como tem que ser trabalhada, isso começa de uma estrutura...como é que se diz...de uma estrutura de um grupo de gente que se trabalha em prol daquela empresa crescer. Isso vem de que? De uma secretaria, de uma diretoria. Eu acho que uma empresa tendo diretor especializado em conhecimentos de Educação, no caso que a gente tá falando num caso de uma escola né? Tendo um secretário que acompanhe o trabalho do diretor, tendo as pessoas de apoio (...) tem de tudo pra que aquela empresa cresça, no caso aqui a escola, que graças a Deus vem...desde que a gente entrou nessa escola aqui, vem...como é que se diz...vem funcionando perfeitamente até hoje. Passamos pelos problemas que todo mundo sabe que existe problemas né, mas a gente não largou o barco, a gente continuou, superou e estamos aqui até hoje graças a Deus.
>
> **Aluno:** Acho que é a liderança da escola, o que vai comandar tudo em relação à escola, aos alunos, professores.

De acordo com as respostas acima, percebe-se que a primeira resposta o professor ressalta o protagonismo do professor indígena na Gestão, porém não dá muitos detalhes, nesse primeiro momento. Em resumo, o professor destaca que a Gestão Escolar é para resolver problemas e administrar de forma geral.

Para a secretária a Gestão se preocupa com a parte burocrática e pedagógica, ela ressalta assim que a Gestão é a parte técnica para o funcionamento da escola, como ela afirmou: o" cérebro" da escola é a Gestão. Essa resposta evidencia muito o modo da funcionária perceber a gestão de acordo com a função que ela está exercendo na escola, pois ela percebe a Gestão imediatamente como resolver assuntos burocráticos e pedagógico, mas com protagonismo do/a diretor/a. Isso evidencia-se quando ela utiliza o termo "cérebro" da escola no sentido de ser aquele que pensa, onde se centraliza as questões, sem mencionar a participação de outros sujeitos nos processos decisórios, que faz a escola funcionar.

Na opinião do inspetor a Gestão depende de um trabalho em equipe para se alcançar os resultados, lembrando de uma Gestão de forma geral e depois evidenciando a Gestão Escolar. Destaca que é importante o conhecimento técnico do diretor sobre Educação, para poder exercer a função da melhor forma. Na opinião dele, é necessário que o gestor conte com o apoio da equipe, inclusive para superar

os desafios e problemas que ele menciona que é inerente a qualquer lugar.

A resposta do aluno sobre o entendimento de Gestão é que a Gestão é quem comanda tudo na escola, uma liderança, no entendimento do aluno, a Gestão comanda alunos e professores.

No contexto dos discursos pode-se entender, como aponta Vítor Páro (2006) que há uma preocupação maior com o que é administrativo, cabendo ao diretor a tomada de decisão.

No entanto, “pela peculiaridade democrática e pública de sua função, o dirigente escolar precisa ser democrático no sentido pleno desse conceito, ou seja, sua legitimidade advém precipuamente da vontade livre e do consentimento daqueles que se submetem à sua direção” (PARO, 2010, p.776). Essa compreensão de Vitor Henrique Páro diverge do discurso dos sujeitos quando entendem o/a diretor/a é essa pessoa que decide, o “cérebro” da escola, “quem comanda tudo na escola, uma liderança.

Na segunda questão **(Como você considera o tipo de gestão na escola onde leciona/ trabalha/ estuda?)** foi elaborada também para os 04 entrevistados, mas cada um respondendo de acordo com sua vivência. A pergunta foi elaborada de uma forma aberta para que cada um respondesse espontaneamente o que pensa de imediato sobre o tipo de gestão, sem interferência por parte do entrevistador. Isso permitiu que o participante se sentisse à vontade para falar o que pensa:

> **Professor:** Aqui é uma gestão que vai valorizar muito a cultura indígena. Então tá sempre de dentro organizando idealizando eventos culturais potiguara. Então, a gente tem por exemplo a semana cultural indígena no mês de abril e durante o ano a gente organiza rituais de toré, para que o aluno vá tendo esse orgulho indígena né. Ontem mesmo eu estava conversando com uma estudante do 6 º ano B tarde, e ela disse que nunca vai sair dessa escola, ela vai continuar nessa escola até terminar o ensino médio, depois sonha em adentrar para o curso de medicina e isso é resultado de uma gestão que vai valorizar também esse protagonismo indígena no aluno; então a gente fica feliz por isso né.
>
> **Secretária:** Então assim... a gente trabalha em conjunto e cada um faz uma parte, porque se um fizer sozinho fica sobrecarregado, e aí a gente divide entre gestor, secretária e coordenador pedagógico e aí dá certo cada um fica responsável por uma parte, então eu considero boa.
>
> **Inspetor:** É Bom. O tipo de gestão daqui é bom. Mesmo porque se não fosse uma gestão boa, a escola já teria fechado há muito tempo né¿ Por

> exemplo, de algumas por aí a fora que já fecharam, então se a nossa graças a Deus vem até aqui funcionando perfeitamente, isso quer dizer que a gestão é boa, quer dizer que a gestão tá seguindo o caminho em frente e tá dando tudo certo graças a Deus.
>
> **Aluno:** Acho que tá indo bem, a escola tá bem direcionada nesse ano letivo né, que é o primeiro ano aqui nessa escola nova, eu acho que eles estão conseguindo comandar bem. (...) sempre foi bem-organizado. Mesmo sem a gente ter um prédio nosso mesmo, mas a organização da escola sempre foi muito boa.

Ao considerar o tipo de gestão, o professor enfatizou que a escola tem um diferencial importante que valoriza a cultura indígena e que isso se reflete como os alunos também se veem e que aprendam a valorizar cada vez mais a cultura indígena, como o professor citou o exemplo de uma aluna se sente bem na escola e quer concluir o ensino médio nessa escola. Na opinião do professor, isso é reflexo de uma gestão que se preocupa com a realidade dos alunos, como o professor menciona que acontece eventos culturais potiguara, isso vai fazendo com que o aluno sinta orgulho de sua origem. Então na percepção desse professor, a Gestão valoriza o diferencial da comunidade como uma forma de se trabalhar isso na escola também.

O relato da secretária sobre como ela considera o tipo de gestão, ficou novamente nítido a opinião específica de quem trabalha na parte administrativa. Ela comentou a respeito da divisão do trabalho para dizer como é o tipo de gestão. Ela explica que o trabalho é em conjunto e cada um faz sua parte para ninguém ficar sobrecarregado, fala especificamente entre os membros mais ligados à parte administrativa.

O entendimento do inspetor sobre como considera o tipo de Gestão está um pouco mais superficial. Ele declarou que considera o tipo de gestão boa, porque a escola na opinião dele está funcionando perfeitamente sem detalhar muito a respeito disso. Questionamos: essa gestão é boa para quem? Qual gestão ele aponta como boa: tradicional ou democrática? Tais questionamentos foram sendo respondidos nas próximas questões.

A organização da escola foi o que aluno destacou como ponto forte da gestão. Parece não haver clareza sobre a perspectiva nem tradicional, nem democrática.

Essa questão (**você considera a gestão da sua escola democrática? Por quê?)** teve o objetivo de analisar a percepção e compreensão dos entrevistados a respeito do que é Gestão democrática e se na escola a Gestão acontece dentro dessa perspectiva.

> **Professor:** Sim. Com certeza. Primeiro que a nossa escola está dentro de uma comunidade indígena né...e o indígena ele acaba abarcando diferentes ideias e tudo mais(...) a gente nunca teve problemas com isso não (...) até porque como está dentro de uma comunidade indígena, acho que às vezes a gente compactua da mesma opinião, sei lá... dificilmente alguém vai ter uma opinião contrária, e quando tem a gente acaba respeitando né, a gente nunca teve realmente problema com isso não.
>
> **Secretária:** Sim. Então...porque é aceito por todos. Todo mundo é consultado em determinados assuntos e é aceito por todos. A gente escuta a opinião de todo mundo, por isso eu considero democrática.
>
> **Inspetor:** Democrática quer dizer o que? Quer dizer que pode se abrir conversa com qualquer pessoa que chegar. Aqui a nossa escola tem uma educação diferenciada. O que quer dizer uma educação diferenciada? Ela dá a Educação normal como se tem no município, como se tem no Estado e dá também a Indígena, e no caso aqui como é área indígena tem que ter Educação Indígena. Então se chama Educação diferenciada porquê? Ela dá os dois ensinos ao mesmo tempo no mesmo prédio e o aluno que vem estudar nessa escola, ele sai o que? Com os dois conhecimentos. O conhecimento do dia a dia normal e o conhecimento da área indígena que é muito bom dentro de uma área indígena os povos indígenas tá por dentro do que é uma área indígena, o que é o povo indígena, do que é o povo potiguara.
>
> **Aluno:** Eu acho que sim.

De acordo com o professor, a gestão da escola caracteriza-se como democrática, a começar pelo diferencial da comunidade indígena e por ser assim o indígena acrescenta diferentes ideias. Por se tratar de comunidade indígena as opiniões não divergem muito, porque a escola já tem esse diferencial de estar na comunidade e as ideias diferentes também são respeitadas.

A secretária considera que a gestão da escola é democrática porque a ideias são aceitas por todos, segundo ela todos são consultados em determinados assuntos e é aceito por todos, para ela, essa gestão é democrática, porém não detalhou mais sobre a fala, muito menos como é feita tal consulta? Por quem?

O inspetor primeiramente destaca que democrático quer dizer que “pode se abrir conversa com qualquer pessoa que chegar” isso seria o conceito dele sobre o termo. Nesse caso, o funcionário teve a preocupação de conceituar o que entende

sobre democrático. Em seguida, por falar sobre o ensino diferenciado quando falou de gestão democrática. Então ele se refere a dois tipos de ensino que a escola tem, o conhecimento normal que faz parte de qualquer escola, municipal e estadual, e o conhecimento indígena potiguara. Então ele exaltou isso na escola.O aluno não soube explicar bem a resposta, percebe-se, então, que ele não compreende conceitos de gestão.

A partir dessas perguntas (**Você já participou de algum curso sobre Gestão Escolar? Em caso afirmativo, acredita que isso pode agregar valor ao seu trabalho? De que forma?)** apenas professor e funcionários passam a responder, dada a especificidade das questões que se seguem. Nessa, especificamente, o objetivo de conhecer se existe uma formação, capacitação para entender e de participar da gestão escolar.

> **Professor:** A gente que é professor indígena potiguara a gente tem uma organização de professores indígenas potiguara, né? Que é a Organização de Professores Indígena Potiguara - OPIP, e sempre no início dos anos letivos a gente acaba organizando debates para se neutralizar...não seria neutralizar não, seria para seguir a mesma linha de pedagogia, por exemplo, da língua tupi por exemplo da história, como a gente deve lecionar, seguindo a mesma linha, então por exemplo, o professor indígena potiguara da Baía da Traição ele deve seguir a mesma linha de ensino do professor potiguara de Montemor, entendeu? E Baía da Traição é um município indígena, Rio Tinto é um munícipio indígena, Marcação também, então a gente deve seguir...ah o professor potiguara da Baía da Traição deve ensinar pronomes dessa maneira, o professor de Montemor deve ensinar pronomes dessa maneira, quando se fala de língua tupi. Então, onde eu quero chegar é que no início do ano sempre tem uma formação para debater a nossa pedagogia e às vezes também tem, às vezes não... sempre tem de gestão escolar também, mas é mais para os gestores mesmo, quem tem essa função, né¿
>
> **Secretária:** Eu participei sim de uma formação. Todo ano a nossa regional faz a formação com secretários, eu participei sim. (...). Então é ... essa formação veio pra esclarecer dúvidas, no meu caso né... sobre a minha área de trabalho que abrange o que o secretário faz e veio esclarecer dúvidas sobre papeis, questões burocráticas e é isso...basicamente isso.
>
> **Inspetor:** Não. Dentro da escola pra ver um curso específico pra gente nunca veio, mas se vir nós estamos prontos pra fazer o curso né.

A respeito de curso sobre Gestão escolar o professor deu a entender que é mais para quem exerce a função nessa área. No entanto, destacou que existe Organização de Professores Indígena Potiguara-OPIP e que, as reuniões, são para

discutir a respeito da pedagogia para o ensino nas escolas indígenas, que deve ser adaptado e formalizado para as escolas indígenas potiguara que são Rio Tinto, Baía da Traição, Marcação que deve ser realizado da mesma forma. Essa organização é própria para os professores, no entanto, para curso sobre gestão escolar especificamente o professor não demonstrou que participou.

Existe, segundo informa a secretária, uma formação com secretários que a Regional realiza todo ano, e ela afirma que já participou dessa e que essa reunião é mais para aperfeiçoar o trabalho administrativo e burocrático, o que faz parte da função que ela exerce.

O inspetor nunca participou de curso sobre gestão, mas diz estar disposto se surgir oportunidade. Como ele disse antecedendo a entrevista, ele está trabalhando na Educação há 14 anos.

Como se pode perceber parece que a Secretaria Municipal entende a gestão desconectada de outras categorias da escola, é como se somente o/a diretor/a e equipe pedagógica fizessem parte da gestão. Sabe-se, de acordo com Libâneo (2001) que a gestão na perspectiva democrática deve ser pensada por todos, todas as categorias presentes na escola são, também, gestores escolares. Portanto, no discurso dos sujeitos entrevistados, percebe-se uma compreensão de gestão como ações do/a diretor/a da escola e não de todos os participantes da comunidade escolar.

As perguntas (**como são realizadas as reuniões da Gestão Escolar? Quem participa? Quem toma decisões nas reuniões?)** foram direcionadas para o professor, secretária e o inspetor cujo objetivo foi compreender como é a participação, com que frequência é realizada, quem participa e como é a organização, sobre o que se discute com mais frequência, os temas que são mais recorrentes.

> **Professor:** Existem reuniões que são para professores, são para pais, são para estudantes, às vezes a gente acaba abarcando e prestando atenção mais na problemática mais recorrente né... do mês...então é assim que se organiza. Às vezes também através de grupos de WhatsApp, a gente envia uma mensagem aí a pessoa... “vamo se reunir para discutir tal coisa”... “vocês acham isso”. Então, eu acredito, eu vejo, eu percebo que a gestão sempre vai... ela sempre vê o professor também né¿ Então, o professor exerce uma certa voz assim, “oh vocês acham necessário isso?” Então, a

> gestão chama os professores para conversar, é uma parte bonita também, o professor tem voz aqui.
>
> **Secretária:** Na Gestão Escolar existem as reuniões bimestrais. Temos o planejamento com os professores que acontece a cada três...quatro meses...mais ou menos isso e reuniões com o pessoal geral acontecebasicamente duas vezes no ano, ou se houver alguma coisa urgente aí a gente marca, mas é basicamente isso.
>
> **Inspetor:** Quando se tem uma reunião a gente é convocado junto com todos, com a comunidade, quando tem uma reunião aberta, no pátio da escola aberta para que todos participem, tanto funcionários como a comunidade em peso.

O professor chamou a atenção mais para falar sobre os temas que se discutem nas reuniões, que os assuntos recorrentes que precisam de solução, então, segundo ele, o professor tem autonomia para participar e tem voz na reunião, participando com protagonismo, nesse ponto ele elogiou a gestão.

A secretária chamou a atenção mais para a o calendário das reuniões que de fato para a essência da questão **como são realizadas as reuniões, quem participa e quem toma decisões**. Ou seja, no discurso da funcionária, que atualmente, substitui a diretora da escola essas questões não ficaram claras. O que nos leva, talvez, a compreensão de que há uma gestão da escola que parece estar em outro espaço, que não a escola.

O inspetor enfatiza que é sempre chamado para as reuniões, mas não deixa claro como são tomadas as decisões.

Como afirma Luck (2002) toda a comunidade escolar “deve ser envolvida na definição de objetivos, solução de problemas, tomada de decisões na escola”, mas em nenhum momento percebe-se tais evidências no discurso dos sujeitos.

As perguntas (**você acredita que a gestão de uma escola indígena é diferente das demais? Por quê?)** foram feitas com o objetivo de analisar a escola prima pelas especificidades de educação indígena, de uma gestão para uma escola indígena.

> **Professor:** Acredito, com certeza. Aquilo que eu tava falando no início né? A gestão escolar indígena vai ver principalmente esse ensino diferenciado, né¿ então... o pensamento do professor, o que o professor deve abordar tem professores... essa é até uma grande questão do...para o ensino do ...ensino indígena né, que é os nossos últimos debates, ainda não há

> modalidades de professor indígena aqui na Paraíba, sendo que em muitos outros Estados do Brasil já se tem. Isso é uma problemática porque o professor indígena tá ensinado da sua maneira né, é claro que com toda ciência, mas também vai trazer esse protagonismo indígena, então o professor de Física, dematemática... ele às vezes vai preferir...ah nos livros didáticos que chega para nós, os livros de matemática são exemplos de...exemplos que não estão no nosso cotidiano né, "um carro tá na velocidade tal" isso não abarca a gente. Às vezes, o professor indígena ele vai querer... ah o Gibatan, nome indígena aqui, é um personagem "Gibatan atirou a flecha na velocidade tal", pronto isso já seria educação indígena. O professor traz isso aqui e o Estado ainda não tá conhecendo. E a gestão escolar, ela gosta disso, ela gosta que o professor dê esses exemplos, ela gosta quando um professor traz um maracá e mostra isso aqui também é educação indígena né, se tem como fazer matemática, o ensino de matemática trazendo exemplos indígenas, então eu vejo que a gestão escolar aqui e em outras escolas indígenas ela vai agregar esse valor, ela vai dar esse incentivo, então é diferente, não tem como não dizer que não é diferente porque é.
>
> **Secretária:** Com certeza. Nós somos diferenciados, nós temos disciplinas diferenciadas, então assim... funciona diferente das outras em determinados assuntos. Por exemplo, aqui contratações tem que ter aprovações dos caciques, o que não acontece numa gestão de uma escola que não é indígena.
>
> **Inspetor:** Eu não posso falar porque eu até hoje não visitei outras escolas indígenas. Então, eu posso falar dessa que eu atuo desde 2009. Por quê? Porque aqui eu conheço. Não posso falar de uma coisa que eu não conheço ainda (...) também já trabalhei na escola não indígena. (...) é praticamente a mesma coisa. A diferenciação daqui é por quê? Porque aqui se leva ao pé da regra. É diferenciada é, então vamos diferenciar. Mas vamos diferenciar como? Não é agredindo, não é como é que diz...abaixo de nível de nenhuma outra. A gente leva o patamar aqui que é pra levar, que sai bom pra todo mundo, pra comunidade e pra o aluno, todo mundo sai satisfeito.

De acordo como relato do professor, ao se referir à gestão como algo diferente para escolas indígenas, mencionou também que o ensino deve ser diferente, sem mencionar porque a gestão da escola é diferente mencionou, também, como o professor deve trabalhar alguns conteúdos voltados para a realidade local, não só os conteúdos, mas a forma de se trabalhar e incluir o que pertence a comunidade, sem falar da necessidade que há de a gestão envolver-se com a gestão da aprendizagem.

Como ele já havia mencionado em uma das respostas, existe a OPIP, que entre outros elementos, discute-se como alguns conteúdos devem ser trabalhados por professores de escolas indígenas potiguara, a exemplo das cidades de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação, na Paraíba. Ele argumentou que o professor indígena trabalha do seu próprio modo, "claro que utilizando a ciência".

O que ele evidencia que deveria ter um trabalho mais amplo sobre essa questão do ensino para a comunidade indígena, uma capacitação maior e o material didático que sirva para se trabalhar com os alunos dessa escola, pois segundo o professor os livros a exemplo de matemática e física como foi mencionado são livros que não trazem a realidade e os professores têm que adaptar de acordo coma criatividade para aproximar esses conteúdos da vida dos alunos. O que segundo o professor, a Gestão elogia e incentiva esse tipo de prática dos professores.

Segundo a secretária a escola é diferenciada inclusive pela participação do cacique na escola. Questionada sobre esse aspecto, a secretária não deu detalhes.

O inspetor não quis opinar muito detalhado ou provavelmente como ele diz, por não conhecer outras escolas como essa que trabalha há vários anos, não tem como ele relatar o que não conhece, embora ele também mencionou que já trabalhou em escola não indígena e diz ser praticamente a mesma coisa ao se tratar de gestão.

No Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) é evidenciado a importância de que os profissionais que atuam nas escolas indígenas pertençam à comunidade, ressaltando as secretarias de Educação devem regulamentar a carreira de magistério indígena para valorização desses profissionais.

Esse ponto está claro no discurso dos sujeitos, mas no que tange à concepção de gestão, dentro de uma perspectiva democrático-participativa, os profissionais embora entendam que “precisam desenvolver e pôr em ação competências profissionais específicas para participar das práticas de gestão” (LIBÂNEO,2001) para “aprender a tomar decisões sobre problemas e dilemas da organização escolar”, não têm participado dos processos de tomadas de decisão na escola, e o que é pior acreditam que essa tarefa pertence ao diretor escolar.

Essa pergunta **(você considera que é preciso uma capacitação específica para uma Gestão Escolar Indígena? Por quê?)** foi realizada para a secretária e inspetor.

> **Secretária:** Nós temos essa capacitação, que foi a que eu citei, quando a gente faz essa capacitação é só para escolas indígenas.

> **Inspetor:** Sempre é bom, né? Quanto mais você tá atualizado na área que você atua, mais quer dizer que o serviço vai fluir melhor, né? As coisas vão andar muito melhor. (...) porque tudo que vem para a escola, que a escola precisa, isso quer dizer o quê? Sendo bem aplicado, a tendência é crescer cada vez mais.

A secretária já mencionou anteriormente que participou de formação para secretários, o que segundo ela auxilia no seu trabalho na gestão.

O inspetor apesar de nunca ter participado de cursos sobre Gestão, como ele já relatou anteriormente, considera importante se atualizar sempre para exercer melhor o trabalho, ressaltando que uma capacitação serve para se atualizar e faz o trabalho progredir.

Nessa pergunta **(O que você acha que pode melhorar na Gestão da sua Escola?)** voltamos a inserir o aluno como sujeito respondente.

> **Professor:** A meu ver, na verdade, as coisas vão melhorar quando o governo tomar essa noção, né? porque aí... a nossa gestão escolar ela é boa, ela faz o possível, só que sem um incentivo maior por parte do governo aí fica difícil.
>
> **Secretária:** Eu acho assim... falta de transparência em alguns determinados assuntos, quando a escola é democrática sim, porque como eu falei nós assim, quando acontece algo todo mundo sabe tudo, mas assim são algumas pequenas coisas que falta comunicação eu acho. Na nossa gestão escolar eu acho que falta um pouco disso de comunicação, é nisso que a gente tem que tentar melhorar.
>
> **Inspetor:** O que pode melhorar aqui dentro da escola é mais a atuação do governo aqui dentro, o governo atuar mais dentro, dar mais verba que precisa de muitas coisas na escola e às vezes infelizmente eu não sei por que não chega. Então é isso que precisa. O governo atuar mais dentro da escola pra ver o que precisa mais pra ser....como é que diz...reposto. (...) Acompanhamento...e é só levar em frente. Mas diante do resto, graças a Deus, a gente leva numa boa e vai tentando se aperfeiçoar cada vez mais. E Educação é aquela coisa...Educação é fácil de ser levada, contanto que você goste de fazer o que tá fazendo. Eu mesmo gosto de tá nesse trabalho, sempre gostei da Educação, de atuar na parte de Educação e gosto de tá aqui, então isso pra mim é bom. (...) Eu graças a Deus quero continuar na Educação. Eu gosto da Educação, eu gosto de lidar com pessoas, com gente, sei lidar muito bem com isso graças a Deus.
>
> **Aluno:** Eu não entendo muito disso não, então eu acho que não sei dizer em si o que devia melhorar ou não, mas eu acho que por enquanto, acho que não tem nada a melhorar não...se tiver é pouca coisa.

Ao ser questionado sobre o que poderia ser melhorado na gestão da escola, o professor deu uma resposta superficial. Ele se referiu mais ao governo que deveria

dar maior incentivo à escola, porém não detalhou a respeito disso. A secretária foi bem específica sobre a gestão da escola na resposta, ao afirmar que em alguns pontos a comunicação não é muito eficiente, ou seja, ela especificou algo que deveria ser corrigido entre eles através de mais diálogo.

Assim como o professor, o inspetor respondeu também sobre a atuação do governo na escola como um ponto a ser melhorado na gestão, sendo que o inspetor tentou ser mais específico e descreveu que o governo precisa acompanhar mais o que a escola precisa, pois é necessária mais verba para a manutenção das atividades.

O aluno não soube opinar sobre o assunto.

Aqui, percebe-se o entendimento da gestão como algo que está fora daqueles que estão na escola, nas instâncias governamentais. Com isso não estamos querendo dizer que não há responsabilidade dos Governos sobre a gestão da escola, sobretudo, de políticas públicas voltadas ao o beneficiamento das escolas indígenas, mas, o discurso dos sujeitos leva-nos a compreensão de que não há uma preocupação desse grupo em participar, ativamente, dos processos de tomada de decisão, como bem lembra Libâneo (2001).

Dada a importância do Projeto Político Pedagógico no desenvolvimento da perspectiva democrática da gestão, fizemos a pergunta**: A escola tem PPP? Você participou da elaboração?** E assim eles responderam:

> **Professor:** Tem PPP. Sim (participei). É até mais trabalhoso porque a gente mexe com a questão indígena também (...) tem pouco material ainda na academia pra gente fundamentar.
>
> **Secretária:** Sim, participei. Eu não sei tudo sobre PPP, porque assim... também como é um trabalho grande, então foi dividido entre professores, a Gestão e a Coordenação. Eu fiquei com o trabalho de logística, quer dizer, quantidade de alunos, quantidade de professores, dados da escola, então eu fiquei responsável por essa parte, mas assim das outras partes eu não sei explicar a fundo, porque como eu falei, foi dividido. Então assim...eu só me responsabilizo por essa parte do PPP.
>
> **Inspetor**: Não soube responder.
>
> **Aluno**: não soube responder.

O professor ao afirmar que o PPP é mais trabalhoso por ter a especificidade de uma escola indígena e ressaltou que ainda existe pouco material sobre isso para fundamentar a construção desse trabalho.

A secretária afirma que o PPP é dividido entre professores, gestão e a coordenação, cada um ficando com a parte que é da sua área de atuação. Nesse caso, ela se responsabilizou mais com o levantamento de dados.

O inspetor e o aluno não souberam dizer de que se tratava.

Como podemos perceber os respondentes não têm concepções claras acerca do PPP. Convém lembrar que esse não é um documento definitivo, tem um caráter dinâmico, possibilitando a participação de toda a comunidade escolar na elaboração e desenvolvimento da proposta, como lembra Veiga (1995).

Como podemos perceber nas próprias palavras da secretária “o PPP foi dividido entre professores, a Gestão e a Coordenação. Eu fiquei com o trabalho de logística, quer dizer, quantidade de alunos, quantidade de professores, dados da escola”, há uma concepção equivocada de como elaborar a proposta pedagógica da escola. Ainda que, na época, a secretária, de fato exercesse a sua função, mas ela não poderia deixar de comentar sobre a importância da participação de todos na elaboração e desenvolvimento da proposta.

Outra questão levantada foi se **a escola tem Conselho Escolar? Quem toma decisão no Conselho? Assim responderam:**

> **Professor:** Então a gente se reúne...é a nossa secretária e a Gestão enfim ela toma a frente e acaba organizando nossas reuniões. Às vezes a gente tem que discutir sobre a problemática de algum aluno, alguma coisa do tipo...então já é o Conselho de Professores e a gente acaba se organizando
> assim, né? Seria a gestão que toma a frente para organização desse dessas reuniões do Conselho.
>
> **Secretária:** Nós temos. Quando chega alguma demanda, pra ser tomada alguma decisão sobre essa demanda, o Conselho se reúne em geral, com todos os membros do Conselho para serem tomadas decisões, não são tomadas pelo presidente e vice-presidente. Toda vez que chega alguma demanda pra ser resolvida pra alguma decisão, o Conselho reúne todos os membros pra chegar em um consenso.
>
> **Inspetor:** não soube dizer.

> **Aluno:** Acho que são aquelas reuniões que sempre tem aqui na escola pra dizer o que tá acontecendo...o que pode ajudar a melhorar.

O professor afirma que as reuniões do Conselho servem para discutir sobre assuntos envolvendo problemática sobre algum aluno por exemplo, mas fala isso de uma forma muito breve, ressaltando que a Gestão que organiza essas reuniões, mas não detalha muito sobre tomada de decisões.

A secretária mostrou um pouco mais de conhecimento e falou com um pouco mais de propriedade sobre como acontece as reuniões. Destacou que as decisões não são tomadas isoladamente pelo presidente e vice-presidente do Conselho, mas sim reunindo e ouvindo os membros para chegar a um consenso sobre a demanda que estão sendo discutidas.

De acordo com Góis (2015, p.32) cabe ao Conselho Escolar:

> acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando a qualidade social da educação escolar; propor e coordenar discussões junto aos segmentos e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente; promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local; propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na escola (GÓIS, 2015, p.32).

Entretanto, como se pode perceber na fala dos sujeitos respondentes, há uma tímida compreensão do papel/função e importância do conselho escolar nos processos de tomada de decisão, sejam as questões técnicas/administrativas, sejam as pedagógicas. O que é lamentável, pois o conselho escolar compõe a gestão como instância colegiada e contribui para construção de uma gestão democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar é um conceito construído historicamente. As práticas de gestão podem ser desenvolvidas dentro de uma perspectiva democrática ou tradicional. A literatura, especialmente, as questões levantadas por Vítor Páro, trazem reflexões que o conceito de gestão vem tomando outro rumo que não seja somente aquelas questões administrativas importadas das empresas, mas, também, as questões pedagógicas, que de acordo com as mudanças sociais, políticas e econômicas, passaram a ter caráter relevante nos processos de tomada de decisão.

O estudo objetivou analisar que tipo de gestão é vivenciada na escola indígena, considerando sua estrutura organizacional, o Projeto Político Pedagógico e o discurso representantes (professores, alunos e funcionários). É importante frisar que esse estudo não trata, especificamente, da educação indígena, mas, sobretudo, que tipo de gestão é vivenciada na escola.

Após análise documental do PPP da escola percebe-se uma preocupação com os princípios da escola indígena, mas pouca referência ao tipo de gestão que a escola deseja ou mesmo qual a proposta da escola no que tange às dimensões: pedagógica, administrativas-financeira, político-institucional e pessoal-relacional. Não há no PPP da escola detalhes de ações que possam caracterizar o tipo de gestão que a escola pretende desenvolver.

Ao se analisar o discurso dos sujeitos respondentes entende-se que existem algumas limitações na compreensão do próprio conceito de gestão, especialmente, a assuntos relacionados à participação de todos os segmentos nos processos de tomadas de decisão. Percebe-se que cabe a/ao diretor/a da escola a “palavra final” nos processos de tomada de decisão.

A gestão vivenciada na escola indígena, no discurso desses quatro sujeitos, acontece dentro de uma perspectiva tradicional, mas, um ponto positivo é que a escola avança para uma perspectiva democrática de gestão, quando se considera a existência de instâncias colegiadas na gestão como o Conselho Escolar.

Não restam dúvidas que há necessidade de uma formação continuada,

desenvolvendo conteúdos específicos da gestão, voltada para todos os sujeitos da escola, pois a noção de gestão democrática pode levar os sujeitos da escola a compreender melhor os papeis e as funções do corpo docente, funcionários e alunos. Pode-se levar a compreensão de que a gestão democrática traz diversos significados e possibilidade de uma educação específica para os povos indígenas dadas suas particularidades.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, (2005). NHEMBO´E ¡Enquanto o Encanto Permanece! Processos e Práticas de Escolarização nas Aldeias Guarani. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS.

BERGAMASCH, Maria Aparecida. SILVA, Rosa Helena Dias da. Educação escolar indígena no brasil: da escola para índios às escolas indígenas. Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 124-150, jan./jun. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL/MEC. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.** Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/ s/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 6/2014. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas.** Brasília, 2 de abril de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de**

Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Brasília, 7 de janeiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 9/2015. Orientações para a promoção do acesso de Povos Indígenas de recente contato a processos educacionais.** Brasília, 7 de outubro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 14/2015. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.** Brasília, 11 de novembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2022. Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.** Brasília, 9 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas/Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). 2020. Disponível em: **https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/coordenacoes-regionais-funai/cr-joao-pessoa**

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COLLET, Célia Letícia Gouvêa. (2006) Interculturalidade e Educação Escolar Indígena: um breve histórico. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Formação de professores indígenas*: repensando trajetórias. MEC/SECADI. Brasília.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓIS, Débora dos Santos. Contribuições do curso de extensão a distância Formação Continuada em Conselhos Escolares Fases I e II na formação do professor. *In*: MARTINS, Cibelle Amorim; SILVA, Cátia Luzia Oliveira da;

VASCONCELOS, Francisco Herbert de Lima (org.). **Conselho escolar:** fortalecendo redes para a gestão democrática. Fortaleza: Encaixe, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCK, Heloísa. **A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática**. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo. Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MORAES, Maria Oliveira de. **A gestão democrática na revisão do PPP das escolas municipais do Gurugi/Conde**. João Pessoa: UFPB, 2017. TCC.

NAHMÍAS, Marcela Tchimino. Os Desafios da Educação Popular Frente à Diversidade e à Exclusão. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. **Educação Popular na América Latina:** Diálogos e Perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

NASCIMENTO, José Mateus (org.). **Etnoeducação potiguara:** pedagogia da existência e das tradições. João Pessoa: Ideia, 2017.

NETO, Alexandre Shigunov. MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino Jesuítico no Período Colonial Brasileiro: algumas discussões.** Educar, Curitiba, 2008. Editora UFPR.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Cordeiro de. **Representações sociais sobre a situação de vida, saúde e doença na concepção Indígena Potiguara.** 2009. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

PARAÍBA, Conselho Estadual de Educação da. **Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015-2025)**. João Pessoa: Governo da Paraíba, 2015.

PARAÍBA, Conselho Estadual de Educação da. **Resolução Nº 207/2003.** Fixa normas para a organização, estrutura e funcionamento das escolas indígenas. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2003.

PÁRO, Vítor H. **Administração escolar**: introdução crítica. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **A educação, a política e a administração:** reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Lopes Ribeiro.** Rio Tinto-PB. 2023.

RHODEN, Kuno Paulo. **Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação.** S.J. (Pe.) 2009.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000.** São Paulo, 2000. Instituto Socioambiental.

SANTIAGO, Larisse Barreira de Macêdo; BARRETO, Kátia Maria Ferreira; SANTANA, José Rogério. O papel dos Conselhos escolares no fortalecimento da gestão democrática. *In*: MARTINS, Cibelle Amorim; SILVA, Cátia Luzia Oliveira da; VASCONCELOS Francisco Herbert de Lima (org.). **Conselho escolar:** fortalecendo redes para a gestão democrática. Fortaleza: Encaixe, 2015.

SANTOS, Pedro Lôbo dos. **Morombo'esara Nhebo'e**: O Aprender e o Ensinar do Professor Indígena Potiguara na Baía da Traição/Paraíba, 2021. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB

[1]SILVA, Sidnei Felipe da. **Geografia escolar nas aldeias indígenas Potiguara de Jaraguá e Monte Mór de Rio Tinto-PB.** Brasília. 2020. Tese. Universidade de Brasília.

[2]SILVA, Tailde Correia da. **A gestão democrática em uma escola indígena.** Delmiro Gouveia – AL. UFAL. 2020. Monografia.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto Político Pedagógico da Escola: **Uma** construção coletiva. *In*: **Projeto Político Pedagógico da Escola**: Uma Construção Possível. Papirus Editora,1995

VIEIRA, José Glebson. **A (im)pureza do sangue e o perigo da mistura**: uma etnografia do grupo indígena Potyguara da Paraíba. Curitiba : UFPR, 2001. (Dissertação de Mestrado)

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Orientadora: Dra. Francisca Alexandre de Lima

Marcos Queiroz Monteiro

GESTÃO EM UMA ESCOLA INDÍGENA NO MUNÍCIPIO DE RIO TINTO- PB

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade:
Reside próximo à escola?
Formação acadêmica: curso
Em formação ( )
Superior completo ( ) Ano que se formou:

Possui especialização ( )
mestrado( ) doutorado( )
Há quanto tempo leciona/trabalha:
Tipo de vínculo:
Concursado ( )
Prestador de serviço ( )
Ano que leciona* (fundamental anos iniciais, EJA)

1) O que você entende por gestão escolar?

2) Como você considera o tipo de gestão na escola onde leciona/trabalha/estuda?

3) Você considera a gestão de sua escola democrática? Por quê?

4) Você já participou de algum curso sobre gestão escolar? Sim ( ) Não ( ) Em caso afirmativo, acredita que isso pode agregar valor ao seu trabalho? De que forma?

5) Como são realizadas as reuniões da gestão na escola? Quem participa? Quem toma as decisões nas reuniões?

6) Você acredita que a gestão de uma escola indígena é diferente das demais? Por quê?

7) O que você acha que pode melhorar na gestão de sua escola?

8) Você considera que precisa ter uma capacitação específica para uma gestão escolar indígena? Por quê?

9) A escola tem PPP? Você participou da elaboração? Explicar.

10) A escola tem Conselho Escolar? Quem toma as decisões no Conselho? Como o Conselho se reúne?